

Ata da quatrocentésima sexagésima oitava reunião do Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Lima (CMAS-NL), realizada no dia vinte e nove de outubro de 2025, na sala de reuniões do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - Creas, situada à Rua Cássio Magnani, 525, bairro Centro, em caráter ordinário. Estiveram presentes os seguintes **conselheiros titulares**: **Adenilsa Lopes de Queiroz, Daniela Aparecida Batista Horta e Francisco Lourenço Araújo** (representantes dos usuários); **Durcilene Regina Teles e Maria Ivanete Luiz dos Santos** (representantes dos trabalhadores do Suas); **Fabiana Nunes Silva Gonçalves Rios** (representante da Adra Sudeste); **Lívia Fernanda Firmino** (representante da Rede Cidadã); **Letícia Fernandes Godinho e Karen Flávia Figueiredo Batista** (representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDS); **Bruna Laponez da Silveira** (representante da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA) e **Marilane Quaresma da Costa Teles** (representante da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD). Participaram os seguintes **conselheiros suplentes**: **Adriel Isac Leite Oliveira e Paula Luísa Rodrigues Dutra** (representantes dos trabalhadores do Suas); **Luciana Aparecida Pereira Oliveira Loyola e Diego Dias de Castro** (representantes da SEMDS); **Jaqueline Patrícia Roberto** (representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMED); **Andrea Soares** (representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDE); **Telma Regina Alevato de Lacerda** (representante da Secretaria Municipal de Política Urbana - SEMPUR) e **Sandra Mirosława Gil Carneiro Tibo** (representante da Secretaria Municipal de Habitação - SEMHA). Participaram como convidados: **Ludson Rocha Martins** (Coordenador da Vigilância Socioassistencial) e **Caroline Soeiro Lanna** (representante da Diretoria de Proteção Social Básica - PSB). A Secretaria Executiva esteve representada pelas servidoras **Edleusis Barbosa Mares e Wilma Patrese Sifuentes Sales Abreu** (assistentes sociais) e **Kelma Cristina de Oliveira Chaves** (assistente administrativo). Constatando quórum, a presidente Maria Ivanete deu início aos trabalhos apresentando a pauta do dia, qual seja: 1- Leitura e aprovação da pauta do dia; 2- Aprovação da ata nº 466 de 24/09/2025 com as devidas ressalvas; 3- Leitura e aprovação da ata nº 467 de 08/10/2025; 4- Retorno da Gestão sobre a situação da regularização do Piso Mineiro; 5- Retorno da Gestão quanto a demanda reprimida do benefício Kit Natalidade nos equipamentos Cras e Creas e sua regularização quanto a previsão de retorno do benefício; 6- Retorno da Gestão sobre a entrega do PPA e LOA de 2026; 7- Apresentação das datas para Comissão para visita ao Acolhimento Institucional; 8- Deliberação sobre a alternância de horário e local das plenárias ordinárias; 9- Deliberação sobre a Resolução dos critérios para o programa jovem aprendiz; 10- Informes. **Maria Ivanete** colocou em votação a pauta do dia com a inclusão do ponto de pauta apresentado pela conselheira **Durcilene** referente a famílias que tiveram o benefício do Programa Nova Renda cancelado e documento enviado para o CMAS por e-mail. Após deliberação ficou como último ponto de pauta devido a ordem dos assuntos já tratados em reunião junto à Mesa Diretora. Em seguida, **Edleusis** apresenta um ponto de reflexão acerca da leitura da ata, destacando que, considerando o envio prévio do documento aos conselheiros, busca-se otimizar o tempo destinado às reuniões. Dessa

38 forma, o Conselho poderá dispor de mais tempo para a discussão de assuntos relevantes que há muito  
39 não são abordados, uma vez que o tempo hábil costuma ser reduzido diante da extensão das pautas  
40 do dia. **Durcilene** ressalta que, desde que o envio do documento seja realizado com a devida  
41 antecedência, não há objeção à proposta, destacando que a leitura da ata sempre foi efetuada durante  
42 as reuniões devido à dificuldade de envio em tempo hábil. **Ludson** destaca a importância da leitura  
43 da ata nas reuniões, mas observa que, com a estratégia adequada é possível adotar uma abordagem  
44 diferente. Ele sugere que seja feita uma leitura resumida, apresentando apenas os principais pontos, a  
45 fim de esclarecer os participantes sobre os assuntos tratados. **Caroline** reitera que o assunto foi  
46 discutido na última plenária e que foi deliberada a revisão do Regimento Interno, ficando decidido  
47 que será mantida a leitura da ata nas plenárias. **Durcilene** pontua que não há prejuízo em realizar uma  
48 nova deliberação sobre o envio prévio do documento para leitura, considerando que a Secretaria  
49 Executiva não esteve presente na última plenária. **Patrese** reforça que a ata da última plenária já  
50 registra a deliberação referente à revisão do Regimento Interno. **Maria Ivanete** apresenta que a ata  
51 466ª da apresentação da LOA não seria necessária a leitura uma vez que foram realizadas as devidas  
52 ressalvas e ficou acordado que a conselheira **Durcilene** faria a leitura da ata em questão  
53 posteriormente e, na próxima plenária assinaria o documento, uma vez que não houve tempo hábil  
54 para leitura com as devidas ressalvas. Em seguida, foi feita a apresentação da nova secretária  
55 executiva Wilma Patrese, que iniciou a leitura da ata nº 467, referente ao dia 8 de outubro de 2025.  
56 Após a leitura, a presidente **Maria Ivanete** colocou a ata em votação. **Durcilene** apontou que uma  
57 parte do texto, onde foi registrada uma fala, estava confusa e que outro trecho, referente à  
58 manifestação de Ludson sobre o retorno das parcelas bloqueadas do Piso Mineiro, também deveria  
59 ser ajustado. Uma das ressalvas pontuadas por **Durcilene** é a correção da data referente ao lançamento  
60 incorreto na prestação de contas junto à SEDESE, sobre o Piso Mineiro, que iniciou-se em 2016.  
61 **Ludson** reiterou que, à época, ocorreu uma troca de sistema, o que desencadeou um efeito em cadeia  
62 até o ano de 2024, informando ainda que haverá um retorno sobre a prestação de contas na próxima  
63 plenária. Numa outra ressalva **Durcilene** esclareceu que, em seu questionamento sobre a pauta  
64 referente ao Kit Natalidade, enfatizou que os esclarecimentos podem ser apresentados, porém, quando  
65 um conselheiro solicita a inclusão de um ponto de pauta, este não deve se restringir apenas a  
66 esclarecimentos, mas sim permitir um debate sobre o tema. Destacou também que, na ata, consta o  
67 registro de que a presidente **Maria Ivanete** teria mencionado a existência da Comissão de Normas  
68 para fiscalizar o acolhimento, contudo, essa fala foi, na realidade, proferida pela conselheira  
69 **Durcilene**. Outra ressalva pontuada por **Durcilene** sobre a plenária anterior é sobre o prejuízo do  
70 cumprimento das deliberações com a falta de RH na Secretaria Executiva. Outro ponto de ressalva é  
71 que conste em ata referente ao retorno do PPA feito por Ludson, **Durcilene** menciona que está  
72 disposto em lei que é dever de discussão no CMAS e não mera apresentação do que já está pronto e  
73 solicita deliberação que se oficie a Câmara e o Ministério Público. Outra ressalva que **Durcilene**  
74 solicita que seja alterada é referente a uma fala de **Ana Paula** em que a conselheira sugere e não

ressalta que a Gestão deverá informar ao Conselho a quantidade de mulheres que não foram atendidas em relação ao referido benefício. **Todos os conselheiros presentes concordaram em aprovar a ata nº 467 com as devidas ressalvas.** **Maria Ivanete** deu continuidade à reunião, apresentando a próxima pauta sobre a situação da regularização do Piso Mineiro e **Ludson** informou que a Gestão ainda não conseguiu finalizar todo o processo, porém o setor responsável já está de posse de todos os documentos necessários e aguarda a avaliação da SEDESE para a devida solução do problema. Reiterou, ainda, que os principais gargalos já foram sanados. **Durcilene** ressaltou a gravidade do assunto diante do não cumprimento da prestação de contas, destacando que a malversação de recursos públicos configura crime, especialmente considerando que o município está sem receber os repasses. **Ludson** esclareceu que a orientação repassada pelo Estado é para que a regularização seja concluída até o final do ano corrente, e que as parcelas serão creditadas de forma retroativa. **Maria Ivanete** solicitou esclarecimentos quanto às possíveis sanções e **Ludson** reiterou que, no momento, a sanção vigente é o bloqueio das parcelas, ressaltando que, caso o exercício financeiro se encerre sem a devida regularização, o município perderá definitivamente os repasses correspondentes. **Paula** solicitou esclarecimentos acerca da prestação de contas mencionada e **Ludson** informou que não há impedimento para a prestação de contas do Piso Mineiro, explicando que, em 2024, ocorreu uma troca de sistema e, durante esse processo, foi identificado um erro de lançamento referente ao ano de 2016, o que ocasionou o bloqueio do recurso. Ressaltou ainda, que houve morosidade na localização dos documentos de 2016 junto ao Banco do Brasil. **Paula** questionou sobre a quantidade de parcelas bloqueadas e **Ludson** esclareceu que se trata de aproximadamente seis a oito parcelas, correspondendo a um valor estimado de trezentos mil reais, destacando que, neste momento, trata-se de bloqueio e não de perda definitiva do recurso. **Durcilene** sugeriu a deliberação para o encaminhamento de denúncia ao Tribunal de Contas do Estado (TCE), ressaltando que o Conselho não pode pactuar nem ser conivente com a situação e que, apesar de o município possuir boa arrecadação, encontra-se sem receber de seis a oito parcelas em razão do não cumprimento das obrigações por parte da Gestão. **Paula** ponderou que seria possível aguardar até a próxima plenária, tendo em vista que **Ludson** esclareceu que a situação está prestes a ser solucionada e **Durcilene** solicitou que o assunto fosse colocado em votação. **Maria Ivanete** solicita votação a favor do envio ao TCE e as conselheiras **Durcilene** e **Marilaine** votaram a favor e os conselheiros **Maria Ivanete**, **Letícia**, **Lívia**, **Fabiana**, **Daniela**, **Karen**, **Telma**, **Adenilsa** e **Sandra** votaram a favor de aguardar o retorno na próxima plenária, ficando deliberada a apresentação na próxima plenária e ressaltado que a prestação de contas deverá ser entregue no CMAS para análise e apresentação para a Comissão de Política e Financiamento. **Durcilene** enfatiza o envio em tempo hábil para que se ocorra todo o processo de análise pela Secretaria Executiva e, posteriormente, pela devida Comissão e propôs um cartão para identificação de conselheiro titular e conselheiro suplente no momento do voto para melhor organização. Passando para o próximo ponto de pauta **Ludson** informou que o relatório referente à demanda reprimida do Kit Natalidade foi enviado ao CMAS, abrangendo os dados de



112 fevereiro a setembro. Ressaltou que ainda não há previsão para a reposição do benefício eventual,  
113 pois os trâmites encontram-se em andamento, aguardando a conclusão do processo de licitação e  
114 estimou que o prazo aproximado para a execução, considerando o período entre a licitação e a chegada  
115 do benefício aos equipamentos, seja até janeiro de 2026. **Maria Ivanete** questionou se a aquisição  
116 dos kits ocorreria exclusivamente por meio do processo licitatório ou se não haveria outra forma de  
117 aquisição do benefício, como o pagamento em pecúnia e **Ludson** informou que a questão do benefício  
118 em pecúnia já está em tratativa pela Gestão, pois precisa ser analisada de forma ampla, considerando  
119 todos os benefícios. **Maria Ivanete** reiterou que o assunto dos benefícios em pecúnia ainda não  
120 avançou e **Durcilene** perguntou se a Gestão apresentou alguma proposta de reparação às famílias.  
121 **Ludson** esclareceu que não entende ser cabível qualquer reparação, considerando que se trata de  
122 benefício eventual. **Paula** questionou sobre a possibilidade de dispensa do processo licitatório e  
123 **Ludson** informou que houve tentativa nesse sentido, mas esclareceu que o problema não está no  
124 processo licitatório em si, e sim na precificação. Explicou que os itens que compõem o Kit Natalidade  
125 não são fornecidos por um único fornecedor, sendo necessário orçar item por item e que nem sempre  
126 há fornecedores dispostos a participar do processo licitatório. **Caroline** pontua que o benefício não  
127 está em falta, pois houve remanejamento entre os equipamentos CRAS e CREAS até junho e reiterou  
128 que a demanda reprimida não se refere ao período desde janeiro. **Maria Ivanete** questionou por que,  
129 se o benefício não está em falta, o número aparece na planilha como demanda reprimida e **Ludson**  
130 esclareceu que o sistema estabelece um prazo de quatro a cinco dias para a entrega do benefício e  
131 que, caso esse prazo seja excedido, o sistema registra como demanda reprimida, mas isso não significa  
132 necessariamente que o benefício não tenha sido entregue. **Edleusis** solicita esclarecimentos para os  
133 conselheiros quanto ao vencimento do processo licitatório, do porquê deixaram vencer e **Caroline**  
134 relata que todo esse processo já foi explicado anteriormente na última plenária. **Letícia** reiterou que  
135 os processos licitatórios são morosos e nem sempre objetivos, mesmo havendo organização por parte  
136 da Gestão, exemplificando com um processo moroso relacionado à compra de móveis para os  
137 Acolhimentos. **Ludson** apresentou a situação do atual benefício de fotos, informando que será  
138 apresentado em breve a este Conselho, pois atualmente não há fornecedor capaz de prestar o serviço,  
139 diante da era digital. **Durcilene** solicitou a deliberação quanto à apresentação pela Gestão de uma  
140 proposta de reparação aos usuários em relação à demanda reprimida do Kit Natalidade. **Maria**  
141 **Ivanete** coloca em votação a proposta sugerida por **Durcilene** e a favor votaram: **Durcilene, Maria**  
142 **Ivanete, Livia e Adenilsa**. Conselheiros que votaram contra a proposta apresentada: **Marilane,**  
143 **Letícia, Sandra, Telma e Karen**. **Caroline** propôs que, na próxima plenária, seja apresentada a real  
144 demanda reprimida, incluindo o quantitativo de kits deferidos e entregues, os não entregues, bem  
145 como o estoque de kits disponível para possibilitar um eventual remanejamento entre os  
146 equipamentos e **Durcilene** pontuou que o levantamento seja realizado pelo Setor de Vigilância, uma  
147 vez que não há possibilidade de os técnicos efetuarem essa apuração. **Maria Ivanete** apresentou a  
148 proposta reformulada da deliberação apresentada por **Caroline** e todos os conselheiros concordaram

que a Gestão deverá apresentar a real demanda reprimida, incluindo os dados dos kits que foram entregues, os que não foram entregues e o quantitativo em estoque. Seguindo a pauta sobre o retorno da Gestão sobre a entrega do PPA e LOA de 2026 **Letícia** informou que o subsecretário Nelson, enviou ofício ao CMAS sobre o retorno da entrega da LOA e **Maria Ivanete** acrescentou que recebeu o documento no momento em que estava a caminho da plenária. **Edleusis** procedeu à leitura do ofício, que incluía anexo com o quadro da LOA e **Letícia** informou que, quanto ao PPA, este encontra-se em apreciação na Câmara e destacou que a LOA foi entregue sem as devidas ressalvas solicitadas em plenária, referentes à subscrição das contas. **Durcilene** pontuou que o PPA foi enviado à Câmara sem prévia apresentação ao CMAS e **Letícia** apresentou uma reflexão sobre a situação, ressaltando que o tema precisa ser debatido no Conselho, pois existe legislação que estabelece a obrigatoriedade de apresentação ao CMAS e destacou que esses dispositivos legais não estão alinhados à compreensão do governo sobre a questão, embora a legislação seja clara, no ciclo orçamentário ocorre um atravessamento dentro do Poder Executivo que inviabiliza o cumprimento dessa obrigatoriedade, pois os documentos são enviados à SEMDS com tempo insuficiente para o trâmite legal. Ressaltou que tais decisões estão acima do poder de deliberação da SEMDS e enfatizou a necessidade de discussão dentro do Conselho, sugerindo inclusive, a possibilidade de convidar uma reunião com todos os Conselhos do município para fortalecer e reforçar as normativas junto à Secretaria de Planejamento, uma vez que na audiência pública o Conselho de Saúde pontuou essa mesma dificuldade. **Durcilene** pontuou que está claro o descumprimento da legislação e **Paula** sugeriu que diante a falta de cumprimento fosse registrado em ata que o assunto não foi aprovado no momento da apresentação em plenária, esclarecendo que tal registro não tem caráter de retaliação, mas sim de constatação do descumprimento dos trâmites legais. **Maria Ivanete** reforçou que existem sanções relacionadas aos prazos, com risco de interrupção na execução de serviços e destacou que este Conselho tem se mostrado condescendente diante da situação apresentada. **Caroline** salientou que a situação é concreta e requer ação, reforçando a pertinência da deliberação da proposta apresentada por **Letícia**, de promover um movimento junto à secretaria responsável, com o intuito de sensibilizar sobre a importância da legislação. **Durcilene** solicitou que fosse acrescida à proposta a presença de uma representação paritária dos demais Conselhos na mesa de discussão. **Caroline** sugeriu que fosse realizado um movimento deste Conselho junto aos demais Conselhos do município e **Letícia** se colocou à disposição para propor ao subsecretário Nelson e ao secretário Matheus que agendem uma data junto à Secretaria de Planejamento para a realização dessa reunião. **Paula** reforçou a importância de o Conselho se posicionar sempre que pautas forem apresentadas sem as devidas análises. **Maria Ivanete** citou o exemplo recente da aprovação da LOA sem prévia análise pelo CMAS, mas destacou que, nesse caso, não houve prejuízo na execução dos trabalhos e ressaltou, entretanto, que em outra ocasião, quando houve déficit e prejuízos na execução dos serviços, este Conselho dialogou com o Executivo para garantir a complementação do orçamento e a aprovação adequada. **Durcilene** pontuou que a apresentação da LOA foi feita em PowerPoint, sem análise prévia

da Secretaria Executiva e das comissões, o que impossibilitou os conselheiros de acompanhar de forma clara as especificidades, levando à aprovação sem pleno conhecimento do conteúdo apresentado. **Maria Ivanete** reforçou que o cenário apresentado foi diferente, destacando que a aprovação não impactaria a execução dos serviços, pois havia suficiência de recursos e que os conselheiros teriam a possibilidade de não se posicionarem contrariamente. **Paula** reforçou a importância da sugestão apresentada, ressaltando que o fluxo atual não está adequado e **Letícia** compartilhou sua experiência em Conselhos na esfera estadual, informando que ocorria situação similar e destacou que o trabalho de articulação direta e diálogo, às vezes, tem mais eficácia do que encaminhar a questão ao Ministério Público. **Paula** observou que essa ação também contribui para a fragilização interna da política pública. **Maria Ivanete** manifestou entendimento de que a proposta de diálogo junto à Secretaria de Planejamento é válida e **Letícia** pontuou que a situação na apresentação da LDO no início do ano ocorreu de maneira semelhante. **Maria Ivanete apresenta a proposta de envio de ofício à Secretaria de Planejamento, após articulação com os demais Conselhos do município, com o objetivo de promover diálogo e sensibilização quanto ao cumprimento da legislação vigente, sendo a deliberação aprovada por unanimidade.** Seguindo a pauta sobre a visita ao Acolhimento explana sobre o objetivo da visita com data já agendada e **Marilane** pontuou que não concorda com a agenda programada, defendendo que a visita deveria ser surpresa, sem definição prévia de data e horário. **Durcilene** sugeriu que seria interessante definir datas prováveis para a visita, argumentando que dessa forma seria mais respeitosa com os envolvidos e **Paula** compartilhou sua experiência em Conselho no município de Belo Horizonte, informando que as visitas técnicas não eram agendadas, mas realizadas de forma respeitosa, considerando que o Conselho atua como órgão de controle social. **Maria Ivanete** apresentou sua percepção, baseada na experiência do último biênio neste Conselho, ressaltando que existem questões estruturais que não podem ser mascaradas ou ocultadas durante as visitas. **Karen** destacou a importância de cuidados para que não se repita a situação de violência observada durante a visita de um vereador à casa e **Luciana** reforçou que a agenda prévia é interessante para o Acolhimento. **Durcilene** pontuou que é importante definir os dias adequados para a visita, de forma a não causar prejuízos às rotinas do Acolhimento. **Letícia** comentou sobre os desafios enfrentados pelos Acolhimentos, ressaltando que não há intenção de ocultar informações do Conselho e destacou que é interessante que o Conselho se movimente para apoiar o ordenamento que já está estruturado e que será apresentado em breve. **Letícia** também explicou que visitas surpresa não são proibidas, mas requerem cuidado quanto aos horários, devido às particularidades das crianças e adolescentes, especialmente aqueles com questões de saúde mental. Ressaltou que a entrada deve respeitar horários de medicação, refeições e rotinas da casa, solicitando sempre autorização das crianças ou adolescentes para acesso aos quartos e, por fim, enfatizou que uma visita organizada é mais adequada, considerando a rotina intensa da casa e dos técnicos e que é necessário atenção ao fato de que a casa abriga cerca de vinte crianças, cada uma com suas demandas e atividades cotidianas. **Sandra** pontuou

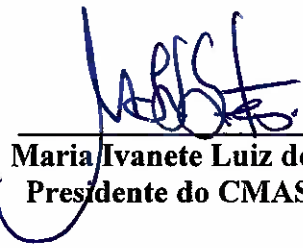


que a rotina das Casas de Acolhimento deve ser respeitada e que não há como mascarar situações, reforçando a importância da agenda prévia e **Fabiana** destacou que, em determinados momentos, o Conselho atua como órgão fiscalizador, mas também possui um papel educativo, de fomento às políticas públicas e de parceria, ressaltando que a agenda prévia contribui para melhor organização e que o papel do Conselho é fazer as ações acontecerem, fortalecendo o SUAS. **Luciana** trouxe sua visão como coordenadora de um Acolhimento, reforçando a rotina intensa das casas e a possibilidade de imprevistos que podem impedir a execução da visita conforme planejado, ressaltando que cada casa possui uma organização própria. **Maria Ivanete** sugeriu que a definição sobre a forma de realização das visitas fosse tratada no grupo de trabalho já instituído, devido ao tempo curto para a apresentação dos demais pontos de pauta e **Durcilene** reforçou que o próprio grupo se organize para tratar do assunto. Seguindo a apresentação da pauta sobre os critérios do Jovem Aprendiz **Maria Ivanete** esclareceu à **Durcilene** que o tema já havia sido previamente apresentado e discutido com a comissão responsável. **Edleusis** procedeu com a leitura da resolução. **Durcilene** solicitou confirmação quanto à conformidade com a Lei do SUAS, sendo confirmado posteriormente por **Kelma e Letícia** que a legislação estava correta. **Durcilene** pontuou, em relação ao Art. 2º, que não deve haver limite de idade para pessoas com deficiência e no §2º do mesmo artigo, que a exigência de matrícula na rede de ensino para pessoas com deficiência deve ser facultativa. **Livia** reforçou a fala de **Durcilene**, destacando a necessidade de reflexão e eventual alteração do texto em conformidade com a legislação vigente. **Caroline** esclareceu sobre a mudança no Art. 3º, §3º, referente à documentação, que não será mais apresentada à equipe técnica, mas sim à entidade responsável pela execução do projeto e esclareceu também sobre a alteração da faixa etária para 14 a 16 anos, considerando que jovens de 17 anos, quando inseridos no programa, ao completarem 18 anos saem do projeto para inserção no mercado formal de trabalho, fato constatado pelos equipamentos e com base nessa análise foi observado que, no projeto anterior, iniciaram-se 125 jovens, sendo que ao final permaneceram 85, não sendo possível inserir novos jovens nas vagas de vacância. **Caroline** ainda destacou que as alterações mais relevantes ocorreram no Art. 6º onde são apresentados os critérios de prioridade para inserção dos jovens; I-Jovens em acolhimento institucional; II-Jovens em acompanhamento individual ou familiar no CREAS (PAEFI, PSC E LA); III-Jovens em acompanhamento familiar no CRAS (PAIF); IV-Jovens participantes do SCFV. **Paula** questionou se o técnico poderia inserir jovens de famílias que não estejam em acompanhamento. **Caroline** esclareceu que a inserção ocorrerá estritamente dentro dos critérios estabelecidos e ressaltou que, neste projeto, pois o número de vagas é menor do que no anterior. **Durcilene** pontuou, em relação ao §2º, sobre o ingresso do jovem no projeto deve ser avaliado somente pela instituição responsável e **Caroline** reforçou que a decisão final sobre a avaliação e ingresso do jovem será da instituição executora do projeto. No Art. 7º, referente aos critérios de desempate, **Durcilene** destacou que pessoas com deficiência deveriam ser público prioritário e figurar como primeira na ordem elencada e a alteração foi aprovada e incorporada ao texto. **Caroline** reforçou algumas mudanças no plano de

trabalho da entidade, considerando as dificuldades apresentadas no projeto anterior e **Maria Ivanete** conduziu a deliberação da resolução, que foi aprovada por unanimidade. **Durcilene** chamou a atenção da Gestão para a necessidade de ampliação do projeto quanto ao número de vagas e pontuou sobre um ponto de pauta incluído referente às famílias que tiveram o benefício do Programa Nova Renda cancelado devido à falta de renovação declarando que o envio de comunicado para que as famílias comparecessem aos equipamentos para efetuar a renovação não ocorreu conforme esperado, causando prejuízos a essas famílias. Ressaltou que se trata de famílias que atendem aos critérios de renda e cadastro regular para permanecer no programa e concluiu que, para que essas famílias voltem a ser contempladas, será necessário incluí-las novamente no programa. **Ludson** explicou que a situação é mais complexa e detalhou o tempo mínimo necessário para permanência no programa e esclareceu que as famílias que saíram do Programa Nova Renda são aquelas que também recebem o Bolsa Família e completaram os vinte e quatro meses de permanência no Programa Nova Renda. Ressaltou que, de acordo com a legislação vigente, essas famílias podem retornar ao programa caso ainda estejam dentro dos critérios, haja vagas e disponibilidade orçamentária. **Ludson** ainda explicou que as famílias que recebem apenas o Programa Nova Renda são desligadas automaticamente após completarem os vinte e quatro meses e que a reinserção dessas famílias poderá ocorrer mediante avaliação técnica. Exemplificou algumas situações e reforçou que os trâmites do programa são dinâmicos. **Maria Ivanete** informou que restavam apenas dez minutos para deliberar os assuntos em pauta. **Leticia** orientou que a pauta deveria ser analisada pelo setor responsável para que fosse dado um retorno adequado. **Karen** informou que já havia ocorrido reunião com a Diretoria de Proteção Básica e Vigilância para tratar do assunto, apresentando todos os questionamentos e que, neste momento, foi solicitado o envio dos nomes das famílias à Diretoria para que fosse possível mensurar o quantitativo e **Durcilene** pontuou que o problema reside no fato de que as equipes não possuem acesso a todas as famílias. **Paula** acrescentou que as famílias já identificadas estão tendo providências tomadas para reinserção junto às equipes. **Durcilene** destacou que existe uma lista de famílias, mas que algumas que não constam nessa lista também tiveram seus benefícios cancelados, ressaltando ainda que, no programa, há datas distintas de inserção e habilitação. A presidente **Maria Ivanete** colocou em votação a apresentação da Gestão sobre a lista com o quantitativo das famílias cujo benefício foi cancelado, sendo a proposta deliberada por unanimidade. **Ludson** esclareceu sobre a diferença entre a data de inserção e a de habilitação, informando que todas as famílias que tiveram o benefício cancelado já podem ser inseridas no sistema e **Durcilene** reiterou que, mesmo diante da possibilidade de reinserção, as famílias foram prejudicadas. **Caroline** informou que as informações pertinentes ao assunto foram repassadas às coordenações, que já as comunicaram aos técnicos, e que a Vigilância está estudando alternativas para resolver a divergência de datas e **Durcilene** reforçou que a intenção é minimizar os prejuízos e evitar novos casos. **Ludson** ainda destacou que, neste primeiro momento, o quantitativo de renovações foi elevado, envolvendo aproximadamente oitocentas famílias e que as próximas listagens deverão abranger cerca de trinta famílias por mês.

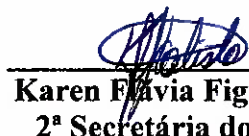


297 **Maria Ivanete** apresentou a pauta sobre a alternância de reuniões das plenárias, destacando que, com  
298 o quadro de RH da Secretaria Executiva completo, há possibilidade de alternar horários e locais das  
299 reuniões. **Edleusis** apresentou as questões discutidas por **Kelma**, funcionária com longa experiência  
300 no Conselho, destacando que a descentralização das reuniões teria como objetivo atender aos usuários  
301 e não apenas aos conselheiros e à Secretaria Executiva. Ressaltou que, quando as reuniões eram  
302 realizadas no turno da manhã, em alguns momentos não havia quórum, ocasionando cancelamentos  
303 e trazendo prejuízos aos conselheiros que compareciam. Outro ponto abordado foi a logística de  
304 transporte e o tempo hábil para o início das reuniões. **Kelma** ressaltou que nos primeiros anos no  
305 Conselho as reuniões eram alternadas, mas o turno da manhã apresentava baixa participação devido  
306 a compromissos com consultas médicas e escolas, e que há sete anos as reuniões ocorrem no turno  
307 da tarde, sem apresentar os problemas anteriores. **Letícia** sugeriu que, em um primeiro momento, as  
308 plenárias fossem realizadas nos equipamentos já propostos, como Cras Norte e Cras Noroeste,  
309 mantendo o horário atual e que após análise fosse possível propor alteração de horários. **Durcilene**  
310 propôs que uma reunião ocorra no turno da manhã e outra no turno da tarde, para avaliar a viabilidade  
311 dessa alternância. **Maria Ivanete coloca em votação a proposta de ser no Cras Norte pela manhã**  
312 **e Cras Noroeste a tarde e todos deliberam por unanimidade.** Em seguida, a presidente Maria  
313 Ivanete encerrou a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, **Edleusis Mares** lavrei a presente ata,  
314 que, após lida, aprovada e assinada pelos conselheiros.

  
\_\_\_\_\_  
**Maria Ivanete Luiz dos Santos**  
**Presidente do CMAS-NL**

  
\_\_\_\_\_  
**Letícia Fernandes Godinho**  
**Vice-Presidente do CMAS-NL**

\_\_\_\_\_  
**Adenilsa Lopes de Queiroz**  
**1ª Secretária do CMAS-NL**

  
\_\_\_\_\_  
**Karen Flávia Figueiredo Batista**  
**2ª Secretária do CMAS-NL**

  
\_\_\_\_\_  
**Adriel Isac Leite Oliveira**

  
\_\_\_\_\_  
**Andrea Soares**

\_\_\_\_\_  
**Daniela Aparecida Batista Horta**

\_\_\_\_\_  
**Diego Dias de Castro**

\_\_\_\_\_  
**Durcilene Regina Teles**

  
\_\_\_\_\_  
**Fabiana Nunes Silva Gonçalves Rios**

\_\_\_\_\_  
**Francisco Lourenço Araújo**

\_\_\_\_\_  
**Jaqueline Patrícia Roberto**

  
Livia Fernanda Firmino

  
Luciana Aparecida P. O. Loyola

Sandra Mirosława Gil Carneiro Tibo

  
Paula Luisa Rodrigues Dutra

  
Marilane Quaresma da Costa Teles

  
Telma Regina Alevato de Lacerda